ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

PALOMA RAFAELLA DA SILVA ARAUJO

IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO MUNICÍPIO IBIMIRIM - PE

GARANHUNS – PE

2017

ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO

ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

PALOMA RAFAELLA DA SILVA ARAUJO

IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO MUNICÍPIO DE IBIMIRIM - PE

Projeto de Intervenção apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Saúde Pública.

Orientadora: Msc. Lívia Milena Barbosa de Deus e Méllo.
Co-orientadora: Msc. Dara Andrade Felipe.

GARANHUNS – PE

2017

RESUMO

A educação permanente é compreendida como aprendizagem-trabalho, propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do trabalho, considerando que as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. Instituída nacionalmente como Política em 2004, ainda é necessário questionar porque essa política ainda não se tornou realidade em grande parte dos municípios brasileiros. Este é o caso do município de Ibimirim, cujas necessidades e demandas de qualificação de serviços na saúde justificam a implantação de um Núcleo de Educação Permanente em Saúde que formule e operacionalize esta política. Objetivo Geral: Implantar o Núcleo de Educação Permanente em Saúde do município de Ibimirim – PE. Metodologia: Projeto de Intervenção realizado no município de Ibimirim. Propõe ações voltadas para a implantação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde e para a qualificação da atuação profissional dos trabalhadores que integram a rede de saúde municipal. Resultados esperados: implantação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde que executará processos de qualificação profissional a partir da integração entre as diversas áreas técnicas da gestão municipal e controle social. O núcleo apresenta-se como estratégia de implantação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde. Por fim, espera-se fortalecer a perspectiva de cuidado integral aos usuários em detrimento do modelo biomédico e um melhor atendimento á população usuária do SUS no âmbito do município.

Palavras-chave: Educação Permanente em Saúde. Núcleo de Educação Permanente. Política Municipal de Educação Permanente em Saúde.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....05

2. JUSTIFICATIVA.....08

3. OBJETIVOS.....10

3.1 Objetivo Geral.....10

3.2 Objetivos Específicos.....10

4. REFERENCIAL TEÓRICO.....11

5. METODOLOGIA.....14

5.1 Tipo de Estudo.....14

5.2 Local da Intervenção.....14

5.3 Sujeitos da Intervenção.....14

5.4 Plano Operativo.....14

6. RESULTADOS ESPERADOS.....17

7. VIABILIDADE.....18

8. CRONOGRAMA.....19

9. ORÇAMENTO.....21

10. FINANCIAMENTO.....22

REFERÊNCIAS.....23

1. INTRODUÇÃO

A Política de Saúde, de Assistência Social e a Previdência Social compõem a Seguridade Social no Brasil, configurando-se como um sistema de proteção social, conjunto de direitos mais importantes do cidadão brasileiro. Contundo, muitos são os desafios para sua efetiva implementação, destaca-se a política de saúde campo em que se desenvolve a ação em tela.

A insuficiência de investimentos e a necessidade de qualificação dos serviços ofertados afeta a saúde dos usuários, requerendo habilidades dos profissionais para enfrentar as dificuldades no trabalho cotidiano.

Assim, têm-se uma população demandante de bons serviços, e a necessidade de profissionais qualificados. Contudo, manter-se atualizado e motivado não é algo fácil para um profissional que costuma ter jornadas intensas de trabalho, porém é certo que a qualificação profissional é algo indispensável para construção de novas abordagens no cuidado em saúde.

Atestar a importância do desenvolvimento continuo de processos formativos parte da compreensão de que a educação pode contribuir para a resolução dos problemas de saúde, tais como a falta de qualidade e resolutividade dos serviços e atenção desumanizada dos profissionais com os usuários. A educação se configura como um dos principais elementos de transformação da realidade, sendo de fundamental importância investir na formação permanente dos profissionais, para superação de realidade sociais de saúde e iníquas como é o caso do Brasil (BUSS, 1999).

Nesse sentido, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo estratégias para indução e fomento da formação dos trabalhadores entre as quais está a Educação Permanente em Saúde. Tal perspectiva contempla tanto o desenvolvimento de processos desenvolvidos por instituições de ensino, quanto os processos que ocorrem no cotidiano da rede de saúde pautadas no processo de trabalho do profissional e considerando as especificidades e necessidades loco-regionais (BRASIL, 2007).

Um marco importante na área de educação na saúde é a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, instituída em 2004 e reformulada em 2007 pela Portaria 1.996. Esta tem como objeto as questões pedagógicas especificas para o setor da saúde em vista de efetuar relações orgânicas entre ensino e serviços, entre docência e atenção à saúde, entre formação e gestão setorial, entre desenvolvimento institucional e controle social em saúde (BRASIL, 2004; BRASIL ,2007).

Para Ceccim (2005), as tradicionais estratégias educativas ofertadas na área da saúde não apresentam os resultados desejáveis, uma vez que são baseadas na transmissão de conhecimentos e realizadas de maneira descontextualizada, centradas na atenção à demanda de doenças, fragmentadas e excessivamente biomédicas. Desta forma, não viabilizam as condições para que novos conceitos e princípios possam ser incorporados às práticas de atenção à saúde. Salienta ainda que "a vivência e/ou reflexão sobre as práticas vividas é que podem produzir o contato com o desconforto e, depois, a disposição para produzir alternativas de práticas e de conceitos, para enfrentar o desafio de produzir transformações" (CECCIM, 2005).

O desenvolvimento de ações de Educação Permanente em Saúde é algo inerente ao gestor, seja na esfera federal, estadual ou municipal, por reverberar tanto na melhoria de serviços de saúde oferecidos à população quanto na valorização dos profissionais de saúde. Contudo, obstante a relevância da educação permanente como importante ferramenta para a qualificação e valorização profissional, ainda é necessário questionar porque essa política ainda não se tornou realidade em grande parte dos municípios brasileiros. A implantação de uma política dessas exige dos gestores municipais clareza da sua importância e desejo político de implantá-la, o que leva à seguinte pergunta para esse projeto:

Como a implantação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde no município de Ibimirim pode contribuir com a qualificação dos profissionais que integram a rede municipal de saúde e com a implantação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde?

A resposta para essa questão vai servir para delimitar o campo de ação desse projeto, bem como servirá de base para a construção do Plano de Ação aqui

proposto, visto que não existe nenhuma Política de Educação Permanente no município.

2. JUSTIFICATIVA

A implantação da Política de Saúde no Brasil apresenta diversos desafios, a oferta de serviços que respondam às necessidades de saúde da população requer o desenvolvimento de dispositivos de gestão que propiciem a construção de uma rede integrada de serviços e de novas práticas no cuidado em saúde. A qualificação da assistência à saúde, passa pela necessidade da humanização dos serviços e maior vínculo entre profissional e comunidade, o que demanda o desenvolvimento de novas competências pelos profissionais que deve ter atenção dos gestores.

Em 2003, foi então realizada a XII Conferência Nacional de Saúde, que retoma o debate em torno da universalidade, acesso, acolhimento aos usuários e valorização dos trabalhadores (BRASIL, 2004a). Assim segundo Santos Filho; Barros; Gomes (2009) foi lançada nesse mesmo ano a Política Nacional de Humanização (PNH), a qual veio afirmar a indissociabilidade entre atenção e gestão dos processos de produção de saúde, assegurando a inclusão dos usuários, trabalhadores e gestão nos serviços de saúde, impulsionando ações para disparar processos no plano das políticas públicas , visando transformação nos modelos de atenção e gestão da saúde vigentes.

Nesse sentido, retoma-se que a instituição de uma agenda política de mudança na formação de profissionais para a saúde tem sido central no projeto de Reforma Sanitária, uma transformação no modo de organizar o sistema e as práticas só ocorrerá com a construção de um projeto educativo correspondente (CECCIM e FERLA 2008).

Em tempos de crise econômica e social, em que a população se encontra mais vulnerável e os recursos mais escassos, a perspectiva da Educação Permanente em Saúde pode resultar em maior resolutividade da atenção. Se bem estruturada e planejada, permite ao profissional lançar um olhar crítico sobre as realidades para intervenções abrangentes tanto na saúde individual quanto na saúde coletiva da população.

Apesar da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde ter sido implantada em 2004, muitos gestores municipais ainda não implantaram esta política no âmbito municipal.

Este é o caso do município de Ibimirim, no Sertão do estado de Pernambuco, pertencente a 6º GERES, cujas necessidades e demandas de qualificação de serviços na saúde justificam a implantação de um Núcleo de Educação Permanente em Saúde que formule e operacionalize esta política. É importante ressaltar que Ibimirim sobrevive da agricultura e da prefeitura, o que leva uma rotatividade expressiva quando nos referimos aos profissionais, predominantemente por contratações de indicações políticas, o que muitas vezes resulta na contratação de profissionais despreparados para exercer determinadas funções principalmente quando nos referimos à saúde, então diante disso reforça ainda mais essa necessidade, de treinar, instruir e potencializar a formação dos profissionais, onde eles tenham compromisso com a sociedade e seus problemas, tenham conhecimento de causa, e que saibam usar seus conhecimentos para articular teoria e prática, integrando diversos aspectos dos problemas de saúde considerando o ser como todo.

Essa formação deve se concentrar na promoção à saúde e ser compreendida como qualidade de vida, nos processos de trabalho e também na educação em saúde não só por parte dos profissionais como também na população do próprio munícipio.

Os Núcleos de Educação Permanente em Saúde são compreendidos como dispositivos que fortalecem a agenda da educação na saúde na política municipal, possibilitam o planejamento e desenvolvimento de ações que respondam às necessidades de formação dos trabalhadores, potencializando o espaço de trabalho também como espaço de aprendizagem. (OPAS, 1988, p.6)

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Implantar o Núcleo de Educação Permanente em Saúde do município de Ibimirim – PE.

3.2. Objetivos Específicos

a) Instituir o Núcleo de Educação Permanente na estrutura Organizacional na Secretaria Municipal de Saúde.
b) Implantar Colegiado Municipal de Educação Permanente em Saúde.
c) Construir Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

A Carência da Promoção da Saúde tem se apresentado como uma fonte de grandes problemáticas no Brasil, um panorama como este exige que se busque alternativas e ações que possam de maneira prática e efetiva contribuir para a construção de um modelo de saúde inclusivo. Muitos são os caminhos que podem conduzir à transformação e qualificação das práticas de saúde, sendo a educação é um deles (SARRETA 2009). Faz-se necessário, portanto, mudanças no modelo de formação com vistas ao desenvolvimento da integralidade da atenção à saúde, impulsionando a articulação intersetorial e tendo como foco as necessidades dos usuários.

Indicada na Constituição Federal e na Lei Orgânica do SUS, a Política de Recursos Humanos deve ser executada por todas as esferas do governo (BRASIL, 1998; BRASIL, 1990). Nessa deve ser prevista a organização de um sistema de formação profissional, bem como a elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento dos trabalhadores.

Para responder a tal diretriz, desenvolver processos formativos que propiciem reflexão sobre o trabalho em saúde e transforme o cotidiano do sistema de saúde em cenário de formação, o Ministério da Saúde implantou no ano de 2004 a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, posteriormente revista e republicada através da Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007.

Compreendida como política de educação na saúde e como prática de ensino-aprendizagem (CECCIM E FERLA, 2008), a Educação Permanente é definida da seguinte maneira:

> A Educação Permanente é aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A educação permanente se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. A educação permanente pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Ela é feita a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. Propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho, e considera que as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. Os processos de educação permanente em saúde têm como objetivos a transformação das

> práticas profissionais e da própria organização do trabalho. (BRASIL, 2009, p. 20).

Refletindo sobre essa máxima, Stroschein e Zocche concluem que:

> A educação permanente parte do pressuposto da aprendizagem significativa, em que o aprender e o ensinar devem integrar a prática diária dos profissionais da saúde, pois, através desta, refletem sobre as diversas realidades e os modelos de atenção em saúde em que estão inseridos, com o intuito de identificar as situações-problema. Em certas circunstâncias das práticas profissionais, os modelos de atenção em saúde são reproduzidos e não são colocados em discussão entre todos os atores envolvidos (STROSCHEIN e ZOCCHE, 2012, pg. 508).

Percebe-se, portanto, que a formação não deve se desenvolver dissociada das práticas cotidianas, há um ciclo permanente de aprendizagem onde se aprende para o trabalho ao mesmo tempo em que o trabalho se apresenta como fonte de aprendizagem.

Para produzir mudanças na gestão e no cuidado em saúde é fundamental dialogar com as práticas e concepções vigentes, problematizá-las – não em abstrato, mas no concreto do trabalho de cada equipe – e construir novos pactos de intervenção e convivência, que aproximem o SUS da atenção integral à saúde. Não bastam novas informações, mesmo que preciosamente bem comunicadas, senão para a mudança, transformação ou crescimento (BRASIL, 2005).

De acordo com Alves (2005), integrar ações preventivas, promocionais e assistenciais de saúde e integrar profissionais em equipes interdisciplinar e multiprofissional para uma compreensão mais abrangente dos problemas de saúde e intervenções mais efetivas, requer o encontro entre profissionais e usuários nos serviços de saúde, proporcionando a construção de um novo modelo assistencial – integral, humanizado e compromissado com o atendimento de necessidades e com a garantia do direito à saúde da população.

Ceccim e Feuerwerker (2004), destacam na construção e desenvolvimento de uma Política de Educação na Saúde a necessidade de inclusão da população (controle social), um sistema de formação submetido ao controle social tem a capacidade de superar ações regulatórias de caráter formalista. Dessa forma, é destacado como eixo para formular, implantar e avaliar a educação permanente em saúde a integralidade e a implicação com os usuários.

> Uma ação organizada na direção de uma política da formação pode marcar estas concepções na gestão do sistema de saúde, mas também demarca uma relação com a população, entendida como cidadãos de direitos. Tal iniciativa pode fazer com que os cidadãos reconheçam tanto a preocupação com a macropolítica de proteção à saúde, como com o desenvolvimento de práticas para a organização do cotidiano de cuidados às pessoas, registrando uma política da valorização do trabalho e do acolhimento oferecido aos usuários das ações e dos serviços de saúde, tendo em vista a construção da acessibilidade e resolutividade da atenção e do sistema de saúde como um todo e o desenvolvimento da autonomia dos usuários diante do cuidado e da capacidade de gestão social das políticas públicas de saúde (CECCIM, 2005, pg. 164).

De certo a construção de uma Política de Educação Permanente em Saúde em todos os níveis de gestão não se apresenta como tarefa fácil, sendo o reconhecimento de bases loco-regionais como unidades político-territoriais de *co-operação* fundamental para formulação de estratégias (CECCIM; FERLA, 2008).

Na construção de diretrizes para definição das responsabilidades na área de Educação na Saúde é apresentado na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde que todo município deve formular e promover a gestão da educação permanente. Tal formulação deve estar orientada para a integralidade da atenção à saúde, criando estruturas organizacionais e de coordenação e execução da política de formação e desenvolvimento de trabalhadores prevendo financiamento para seu desenvolvimento. Destaca-se ainda que tal processo deve ter como estratégia a cooperação regional em articulação com as instituições formadoras e de controle social (BRASIL, 2009).

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo de Estudo

Projeto de Intervenção que busca orientar uma mudança/transformação em uma dada realidade (VALERIANO, 2008). O Projeto de Intervenção fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa-ação que, de acordo com Thiollent (2005), envolve a presença efetiva de uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema, assim como o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas na sua realização.

5.2 Local da Intervenção

O projeto será realizado no município de Ibimirim, localizado no Sertão pernambucano, com aproximadamente 26.830 habitantes. Apresenta em sua rede de saúde 13 Unidades de Saúde da Família, 01 Laboratório Municipal, 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 01 Residência Terapêutica, e o serviço de média complexidade denominada Casa de Saúde Marcos Ferreira D'Ávila que dispõem de ofertas como: consultas médicas, partos normais, internações, pequenas cirurgias dentre outros.

5.3 Sujeitos da Intervenção

Na implantação do Núcleo de Educação Permanente, como estratégia de construção da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde, serão priorizadas ações voltadas para a implantação da Política Municipal e para a qualificação da atuação profissional dos trabalhadores que integram a rede de saúde. Deste modo o público alvo deste projeto são os gestores e demais profissionais que compõem o Sistema de Saúde do município de Ibimirim-PE.

5.4. Plano Operativo

Na construção desse plano operativo serão levadas em consideração as orientações do Ministério da Saúde contidas na Portaria 1996/2007 que institui a

Política Nacional de Educação Permanente, sendo traçadas metas e ações a serem executadas conforme detalhamento abaixo.

META	**Instituir o Núcleo de Educação Permanente na estrutura organizacional na Secretaria Municipal de Saúde.**
AÇÕES	Realizar reunião com o Gestor Municipal de Saúde para apresentação do projeto e a provação da implantação do núcleo.
	Pactuação de orçamento para desenvolvimento das ações de Educação Permanente em Saúde.
	Publicação de Portaria de criação de Cargo de Coordenação do Núcleo de Educação Permanente e incorporação no organograma da Secretaria Municipal de Saúde.
META	**Implantar Colegiado Municipal de Educação Permanente em Saúde.**
AÇÕES	Apresentar o projeto aos gestores das demais áreas técnicas e representantes dos profissionais de Saúde, instituições de ensino e controle social para que seja levantado as suas expectativas com relação a Educação Permanente em Saúde e estimular a participação de todos.
	Realização de reuniões para planejamento da construção do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde.
	Definição de representação do município na instância regional de Educação Permanente em Saúde.
META	**Construir e pactuar Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde.**
AÇÕES	Realização de reuniões/debates descentralizados na rede de saúde

	envolvendo gestores, trabalhadores, controle social e instituições de ensino para identificação das necessidades de qualificação dos trabalhadores a partir da situação de saúde do município.
	Sistematização das necessidades identificadas e construção de eixos e diretrizes.
	Definição de orçamento e recurso financeiro junto ao gestor municipal e articulação nas instâncias regionais.
	Pactuação no colegiado de Municipal de Educação Permanente em Saúde das ações a serem realizadas e reponsabilidades com operacionalização.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Com o desenvolvimento das ações propostas neste projeto espera-se consolidar-se um Núcleo de Educação Permanente em Saúde que executará processos de qualificação profissional a partir da integração entre as diversas áreas técnicas da gestão municipal de saúde e controle social. O núcleo apresenta-se como estratégia, de médio prazo, de implantação da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde.

Por fim, espera-se fortalecer a perspectiva de cuidado integral aos usuários em detrimento do modelo biomédico e um melhor atendimento á população usuária do SUS no âmbito do município.

7. VIABILIDADE

A presente intervenção deverá ser incluída no Plano Plurianual assim como no Plano Municipal de Saúde 2018-2021 para que venha a obter força política e viabilidade financeira ao definir-se orçamento para execução da mesma.

8.0 CRONOGRAMA

CRONOGRAMA 01 ANO 2017			
ATIVIDADES/AÇÕES	**Out/2017**	**NOV/2017**	**Dez/2017**
1. Apresentação do projeto de implantação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde ao Gestor Municipal de Saúde.	**X**		
2. Inserção do Núcleo de Educação Permanente em Saúde no organograma da Secretaria Municipal de Saúde.		**X**	
3. Definição de equipe coordenadora do Núcleo de Educação Permanente em Saúde		**X**	
4. Diagnosticar junto às áreas técnicas, trabalhadores e controle social as necessidades de qualificação e formação, através de questionários, reuniões e visitas técnicas.			**x**

CRONOGRAMA 02 ANO 2018												
ATIVIDADES	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1 Formulação de planejamento das ações de educação permanente em saúde.	**x**											
2. Reunião com as coordenações da Secretária Municipal de Saúde para garantir as ações dentro do plano municipal de Saúde.		**x**										
3. Realizar rodas de conversas com todos setores da saúde sobre o tema.			**x**	**x**								

4. Publicar a portaria para instituir a Politica de Educação Permanente em Saúde no âmbito municipal.					**X**							
5. Definição de orçamento do Fundo Municipal de Saúde Ibimirim destinado à Política Municipal de Educação Permanente em Saúde.						**x**						
7. Acompanhamento para avaliação do desenvolvimento do projeto.								**x**	**x**	**x**	**x**	
8. Avaliar os resultados do Projeto durante o ano com acompanhamento nos indicadores de atendimentos e na qualidades dos mesmo.												**x**

9. ORÇAMENTO

Espaço Fisico	Cedido pela Secretaria Municipal de Saúde.	
Sala para Reuniões (25 pessoas)		
Serviços de Terceiros	**Valor Unitário**	**Valor Total**
Contratação de 02 funcionários	R$ 937,00	R$ 1.8774,00

MATERIAL PERMANENTE	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01 computador completo	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
01 notebook	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
01 Data Show	R$ 1.659,90	R$ 1.659,90
01 Impressora Multifuncional Jato de tinta	R$ 700,00	R$ 700,00
01 Maquina Fotográfica	R$ 500,00	R$ 500,00
01 Filmadora	R$ 1.979,10	R$ 1.979,10
Tela para projeção (Com Tripé)	R$549,00	R$549,00
02 microfone sem fio	R$ 110,00	R$ 220,00
		R$ 9.108,00

MATERIAL CONSUMO	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
PAPEL A4 (10 UNIDADES COM 500 FOLHAS)	R$ 20,00	R$ 200,00
CARTUCHOS (10 UNIDADES)	R$ 75,00	R$ 750,00
ENVELOPES (01 CAIXA 500)	R$ 32,00	R$ 32,00

PASTAS SUSPENSAS (100 UNIDADES)	R$ 22,00	R$ 2.200,00
CAIXA ESPECIAIS DE ARQUIVOS (50 UNIDADES)	R$ 50,00	R$ 650,00
		R$ 3.832,00

10. FINANCIAMENTO

O Projeto será financiado com recursos do Fundo Municipal de Saúde, podendo agregar recursos do Fundo Estadual de Saúde na medida em que forem sendo construídas parcerias estaduais e regionais nas Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vania. S. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Comunic., Saúde, Educ**., v.9, n.16, p.39-52, set. 2004/fev.2005. Disponível em: http://www.scielosp.org/pdf/icse/v9n16/v9n16a04.pdf Acesso em: 10/06/2017

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil . Senado, Brasília: DF. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **12ª Conferência Nacional de Saúde**: Conferência Sérgio Arouca.Relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 2004 a. 232 p. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_12.pdf >. Acesso em 19/06/2017.

_____. Lei No. 8080/90, de 19 de setembro de 1990. Brasília: DF. 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm Acesso em: 05 set. 2017.

_____. Portaria Nº 198/GM em 13 de fevereiro de 2004. Politica de Educação Permanente em Saúde. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf. Acesso em: 19/06/2017.

_____ Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.** Brasília, 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.** Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Curso de formação de facilitadores de educação permanente em saúde: unidade de aprendizagem – análise do contexto da gestão e das práticas de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Disponivel em :https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade09/unidade09.pdf. Acesso em: 19/06/2017.

BUSS, P. M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 15, sup. 2, p. 177-185, 1999.

CECCIM, R. B. & FERLA, A. A. Notas cartográficas sobre a escuta e a escrita: contribuição à educação das práticas de saúde. In: PINHEIRO, R. & MATTOS, R. A. (Orgs.) **Construção Social da Demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos.** Rio de Janeiro: Uerj/IMS/Cepesc/Abrasco, 2005.

CECCIM, R.B & FERLA, A. A. **Educação E Saúde: Ensino E Cidadania Como Travessia De Fronteiras** 2008. Disponivel em: http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n3/03.pdf. Acesso em: 19/06/2017.

CECCIM, R. B & FERLA, A.A . Educação Permanente em Saúde. In: **Dicionário da educação profissional em saúde**. Org. Pereira, Isabel Brasil Pereira E Júlio César França Lima. ñ 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface - **Comunic, Saúde, Educ**, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf Acesso em: 07/06/2017

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: revista de saúde coletiva. Rio de Janeiro. Vol. 14, n. 1 (2004), p. 41-65**, 2004.

Filipe de Filippo. Os **princípios e objetivos da Seguridade Social, à luz da Constituição Federal de 2012**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2012. Acesso 22/06/2017

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Educación permanente de personal de salud en la región de las américas. Fascículo I: **Propuesta de reorientación**. Fundamentos. Serie de desarrollo de recursos humanos, nº. 78, 1988.

SANTOS FILHO, S.B.; BARROS, M. E. B.; GOMES, R. S. A política Nacional de

Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde. **Interface: comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 13, supl.1, p.603-613, 2009.

SARRETA, FO. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 248 p. ISBN 978-85-7983-009-9. Available from SciELO Books . Disponivel em: https://static.scielo.org/scielobooks/29k48/pdf/sarreta-9788579830099.pdf, Acesso 10/06/2017

STROSCHEIN, Karina Amadori e ZOCCHE, Denise Antunes Azambuja. **Educação permanente nos serviços de saúde: um estudo sobre as experiências realizadas no brasil.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9 n. 3, p. 505-519, nov.2011/fev.2012 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n3/v9n3a09.pdf Acesso em: 07/06/2017

THIOLLENT, M**. Metodologia da pesquisa-ação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VALERIANO, D. L. **Gerenciamento estratégico e administração por projetos**. São Paulo: Makron Books. 2008.